



ID: 114543907

09-12-2024

O combate à pobreza como escolha política



Ricardo Paes Mamede

Combater a pobreza não torna apenas as sociedades mais humanas. É também um motivo para as pessoas acreditarem na democracia

Quando analisamos a evolução da pobreza em Portugal, surgem dois elementos de sinal contrário. Por um lado, a sua redução tem sido assinalável: nos últimos 30 anos, a taxa de risco de pobreza desceu de 23% para 16,6%, aproximando Portugal da média da UE. Este progresso explica-se, em larga medida, pela adopção de várias políticas sociais (como o Complemento Solidário para Idosos), demonstrando que o Estado teve capacidade para intervir e alterar um atraso crónico. Por outro lado, apesar do progresso, cerca de dois milhões de pessoas (1 em cada 5 portugueses) permanecem em risco de pobreza ou exclusão social, mesmo após a aplicação de transferências sociais.

Há alguns grupos especialmente vulneráveis. Segundo os dados publicados há dias pelo INE, entre os desempregados a taxa de risco de pobreza atinge 44,3%. Para os idosos que vivem sozinhos, o risco é de 33,7%, afectando sobretudo mulheres que, ao longo da vida, receberam salários baixos e descontaram pouco ou nada para a Segurança Social, por fazerem trabalho informal ou doméstico, recebendo por isso pensões muito modestas. Por fim, entre as famílias monoparentais (quase sempre mulheres com filhos a cargo) a taxa é de 31%, ilustrando como as dificuldades económicas se acumulam para quem precisa de sustentar e cuidar de filhos sem o apoio (ou com um apoio escasso) do outro progenitor.

Embora o desemprego seja um dos três D que surgem mais associados ao risco de pobreza nos países industrializados (os outros são a doença e o divórcio), em Portugal ter um emprego está longe de eliminar esse risco. Quase 10% dos trabalhadores fazem parte de famílias em que o rendimento por adulto equivalente é inferior a 60% da mediana dos rendimentos da população - valor estabelecido como limiar da pobreza. A existência de centenas de milhares de trabalhadores pobres revela uma fragilidade estrutural do mercado de trabalho português. Baixos salários e contratos precários deixam muitos trabalhadores presos a condições que não lhes permitem viver com dignidade.

As causas da pobreza são múltiplas e

interdependentes, criando um círculo vicioso difícil de romper. O acesso limitado a cuidados de saúde, a escassez de habitação adequada e a ausência de uma protecção social robusta aprofundam a vulnerabilidade das famílias pobres, reflectindo-se, entre outras coisas, no desempenho escolar das crianças e jovens que as integram, aumentando assim o risco de perpetuação da pobreza. Baixos níveis de qualificação restringem o acesso a melhores oportunidades profissionais. A geografia desempenha um papel crucial, com os territórios mais desfavorecidos - normalmente, em zonas rurais e suburbanas - a apresentarem maiores taxas de privação e dificuldade de acesso a serviços essenciais. A pobreza é um fenómeno que se auto-alimenta: viver em condições de privação limita o acesso a recursos materiais e simbólicos que poderiam ajudar a sair dessa situação.

Durante boa parte do século XX, a generalidade dos governos europeus reconheceu o carácter multidimensional da pobreza e a sua tendência para se perpetuar, adoptando um conjunto interligado de medidas para lhe responder. Políticas macroeconómicas promotoras do pleno emprego, protecção social abrangente, educação gratuita e de

qualidade, sistemas de saúde universais, habitação a preços acessíveis, redistribuição dos rendimentos por via fiscal, regulação do mercado de trabalho e investimento em infra-estruturas nos territórios mais desfavorecidos eram tidos como pilares fundamentais para qualquer estratégia de redução estrutural da pobreza.

Nas décadas mais recentes, os vários elementos daquela abordagem integrada foram sendo desvalorizados pelos decisores



Não foram só os partidos e movimentos da direita liberal ou conservadora que abandonaram os pobres à sorte do mercado. Não admira que fossem perdendo apoio eleitoral para os populismos



RUI GAUDÊNCIO

políticos, na prática e no discurso, por diferentes motivos.

A redução dos ritmos de crescimento económico na generalidade dos países ocidentais a partir da década de 1970 - independentemente dos modelos de Estado social que haviam adoptado - dificultaram o financiamento das políticas sociais. A globalização económica intensificou a concorrência internacional, criando pressões acrescidas nas relações laborais e na fiscalidade. O envelhecimento populacional reflectiu-se nos maiores custos dos sistemas públicos de saúde e de protecção social. As regras orçamentais da União Europeia conduziram em várias ocasiões a um prolongamento e aprofundamento desnecessário das recessões e do desemprego. A estratégia de austeridade adoptada durante a crise do euro (2010-2012) acentuou os cortes nos serviços públicos e nos investimentos sociais, as dificuldades financeiras dos Estados, a precariedade e a desestruturação das relações laborais.

Por detrás disto tudo não estão apenas tendências pesadas e dificuldades financeiras objectivas. Há também muita ideologia, mais ou menos disfarçada.

Medidas fiscais distributivas passaram a ser apresentadas como desincentivos ao trabalho e ao investimento. Políticas orçamentais contra-cíclicas como ineficazes. Sistemas públicos de saúde e de protecção social como contrários à responsabilidade individual e à poupança. Mercados de trabalho regulados como obstáculos à "flexibilidade" da economia. De uma forma geral, a intervenção pública passou a ser associada a ineficiência e desperdício. Importa pouco que nenhuma destas crenças tenha uma base sólida nos estudos disponíveis sobre estes temas. Para quem as defende, o que interessa é repeti-las à exaustão, para que sejam tidas por verdadeiras à custa de tanta insistência.

Como política de combate à pobreza vai sobrando a preocupação genérica com a educação básica, acompanhada da promessa de que o crescimento económico - que há-de vir com a desregulação e a flexibilização, oxalá - retire automaticamente a população da pobreza. Como se a eliminação deste flagelo tivesse dispensado, em algum país do mundo, políticas públicas abrangentes e coerentes.

Não foram só os partidos e movimentos da direita liberal ou conservadora que abandonaram os pobres à sorte do mercado, da caridade e de políticas sociais mínimas. Desde Tony Blair, no Reino Unido, que socialistas, trabalhistas e sociais-democratas de diferentes países aderiram ao discurso da responsabilização individual e do Estado como problema. Não admira que fossem perdendo apoio eleitoral para os populismos.

Um Estado determinado em combater a pobreza não torna apenas as sociedades mais humanas. É também um motivo para as pessoas acreditarem que a democracia continua a ter razões para existir.

Economista e professor do Iscte